



# CNM-CUT Internacional

Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT Ano V nº 21 31.05.2005

## Gerdau no Texas pressiona sindicato

A falta de um acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos da América (USWA, na sigla em inglês) para a renovação do contrato coletivo de trabalho dos 269 funcionários sindicalizados da usina de Beaumont, no Texas, vencido em 31 de março, levou a Gerdau Ameristeel a suspender as operações da unidade. A decisão foi tomada para provocar uma "reação favorável" do sindicato "em relação à derradeira, melhor e final" proposta apresentada pela empresa ao comitê negociador da entidade no dia 9 deste mês, afirmou o conglomerado siderúrgico por intermédio de comunicado. Segundo o vice-presidente de recursos humanos da empresa, James Rogers, atitude semelhante já havia sido adotada pelo menos uma vez há "vários anos" no Canadá.

A usina, parte dos ativos da North Star adquirida da Cargill pela Gerdau em novembro de 2004, recicla 500 mil toneladas de sucata por ano para a produção de fio-máquina. A unidade já recebeu investimentos de US\$ 500 mil e deve receber aportes de US\$ 25 milhões no longo prazo. Segundo o diretor de recursos humanos da Gerdau Ameristeel, Philip Bell, a empresa utilizou o recurso legal da suspensão das atividades para "pôr fim às incertezas resultantes da falta de um contrato coletivo de trabalho".

Sem especificar detalhes, a companhia disse ainda que a proposta apresentada é "muito semelhante" ao contrato anterior. As negociações entre as duas partes começaram em janeiro. Em 18 de maio, o sindicato firmou um contrato de quatro anos com a Ameristeel para os trabalhadores de uma usina da província de Ontário.

"Eles disseram que estavam parando a fábrica devido à fraca demanda", disse John Duray, porta-voz do sindicato. "Agora, somos vítimas de locaute". Segundo Duray, a Gerdau Ameristeel está "forçando" a assinatura do acordo. (Sérgio Bueno de Porto Alegre) (*Valor*, 30.05.2005)

## A luta dos trabalhadores automotivos argentinos

Nesta quarta-feira os trabalhadores automotivos argentinos farão uma passeata em Córdoba para protestar contra o impasse em que se encontram as negociações com as montadoras. Os trabalhadores da Ford, da DaimlerChrysler e da Volkswagen vão se reunir em frente a sede do seu sindicato, o Sindicato de Mecánicos y Afines del Transporte Automotor (SMATA), onde farão uma assembléia e depois marcharão até o prédio da delegacia do Trabalho, onde haverá uma audiência de conciliação com as empresas.

A principal reivindicação dos trabalhadores é a de um piso salarial básico de 2.000 pesos mensais. As empresas, além de negarem o aumento, querem retirar o adicional de antiguidade - uma tradicional conquista sindical.

O diretor nacional de Relações Trabalhistas do SMATA Jorge Ariel Schuster, disse ao Diário Gremial, "que o tempo se esgotou, e o SMATA fará uma grande mobilização rumo à delegacia do trabalho", onde a audiência será às 18:30 horas.

Os trabalhadores contrapõem as propostas patronais com as conquistas efetuadas na General Motors - um piso salarial de 2000 pesos e outras vantagens, que fazem os salários básicos alcançarem cerca de 3000 pesos.

No começo deste mês os metalúrgicos argentinos fizeram diversas paralisações de uma hora em cada turno, chegando a uma paralisação de dois dias na Ford, impedindo a fabricação de 600 automóveis.

Estava prevista uma greve para o dia 11 que foi suspensa com a conciliação obrigatória imposta pela legislação argentina.

## As empresas e a ditadura

Documentos vêm à tona e mostram, pela primeira vez, a íntima relação das maiores companhias do Brasil com o regime militar na era do milagre econômico

Por Marco Damiani

A indústria está diante de um tabu de quatro décadas – e ainda não sabe como enfrentá-lo. É o colaboracionismo com o regime militar brasileiro (1964-1984), uma relação estreita, obscura e sinuosa que, numa quadra de crescimento econômico acelerado - na qual se produziu o chamado milagre econômico - aproximou os departamentos de assuntos institucionais e recursos humanos das empresas dos aparelhos de repressão. A partir desta semana, executivos de empresas como Firestone, General Motors, Philips e Volkswagen começam a ser chamados a Brasília para uma audiência pública. O convite é da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, interessada em apurar as histórias de elaboração de listas negras anti-contratações, fichas profissionais entregues à polícia e reuniões de trabalho entre executivos e militares. “A verdade é que as empresas fizeram uma parceria público-privada com a repressão”, atesta o deputado Chico Alencar, integrante da Comissão. “Não queremos o surgimento de uma nova indústria de indenizações, mas a verdade tem de aparecer para que não se repita”.



A pressão para a indústria lembrar de um passado que quer esquecer acontece num momento em que as alianças entre companhias privadas e regimes fechados chega às barras dos tribunais. Nos Estados Unidos, o caso mais rumoroso é o do pedido de indenização feito por 17 famílias de ex-operários da antiga Mercedes Benz da Argentina (DaimlerChrysler). A empresa teria enviado os nomes dos seus empregados, fotos e fichas completas aos órgãos de repressão da ditadura militar do país (1976-1983). Eles foram presos, perderam seus empregos e tiveram suas vidas marcadas pela perseguição. A gigante petrolífera Exxon, ao mesmo tempo, é acusada de patrocinar mercenários para patricarem crimes de tortura e assassinato em troca da proteção de suas instalações na Indonésia. As subsidiárias colombianas da Coca-Cola, por sua vez, sofrem processo sob acusação de terem financiado esquadrões da morte contra dirigentes sindicais. Com os assuntos em tramitação na Justiça, as companhias evitam se pronunciar. Mas o Departamento de Estado dos EUA resolveu advogar para as empresas. Em cartas a juízes, funcionários recomendam o engavetamento das ações, sob pena de prejuízo aos interesses americanos no mundo.

No Brasil, muitos episódios de colaboracionismo chegam à luz agora nas páginas do livro Linhas de Montagem, do historiador Antonio Luigi Negro. Recém-lançado, exhibe documentos inéditos sobre a parceria das empresas com o regime. “Nem o governo nem as companhias toleravam greves e a agitação sindical”, conta o historiador. “Com o PIB crescendo quase 10 por cento ano, na virada da década de 60 para 70, era mais do que natural que a aliança histórica entre as duas partes se fortalecesse”. Um dos documentos, obtido no acervo do antigo Dops (Departamento de Ordem Política e Social) e datado de 30 de maio de 1975, revela que uma paralisação de meia hora feita por 200 funcionários da seção de pintura da GM foi monitorada pelo setor de inteligência do exército. Os militares registraram num relatório oficial que os empregados reivindicavam “salário igual para trabalho igual” e seu principal líder era o sindicalista Paulo Vidal, antecessor de Lula como presidente do sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Apontados pelos militares como cabeças do movimento, oito trabalhadores foram demitidos. Os arquivos da GM não registram o episódio.



**Comunista fora: Jaime Ferreira alega ter sido demitido da Volks nos anos 80 por sua ideologia Foto : Daniel Wainstein**

O palco central da ligação entre as empresas e os órgãos de repressão era mesmo o ABC paulista. Ali, de acordo com um relatório do SI (setor de informações) do Dops, ocorreu uma reunião no dia 18 de setembro de 1974 “entre representantes da política, do II Exército, da Delegacia Seccional de Polícia do ABCD e chefes de segurança das empresas citadas”. Eram a Volks, a GM, a Ford e a

Chrysler. No encontro foi traçada uma linha de ação conjunta contra greves rápidas, “de aproximadamente 40 minutos”. Ainda hoje os representantes das montadoras não admitem que se traçasse, neste tipo de reuniões, estratégias contra os grevistas. “Isso é lenda, só aconteceu em filme”, diz o empresário Roberto Della Mana, ex-negociador da Fiesp com os metalúrgicos do ABC na década de 1980. “Em qualquer tempo, nenhum funcionário da Volks teve delegação para participar, em nome da empresa, de reuniões deste tipo”, afirma um porta-voz da companhia. O ex-metalúrgico Jaime Vicente da Silva Ferreira, um antigo ativista sindical dos tempos de Lula como dirigente sindical, acusa a empresa de tê-lo demitido sob a alegação de que era comunista. “Gostaria de uma retratação”, diz ele. A Volks alega ter vasculhado seus arquivos sem encontrar o nome dele entre seus ex-empregados. Um caso típico para figurar na audiência pública a ser marcada em Brasília. *(Isto É Dinheiro, 29.05.2005)*

## Argentina adia acordo automotivo com o Brasil

Sonia Moraes e EFE

São Paulo e Buenos Aires - A Argentina vai adiar para 2008 a entrada em vigor do acordo que elimina o controle sobre o comércio de automóveis com o Brasil. A decisão, que será anunciada oficialmente nos próximos dias, foi confirmada pelo secretário da Indústria da Argentina, Miguel Peirano, durante o fórum empresarial da União Industrial Argentina (UIA), que terminou na sexta-feira. Hoje a cada dólar importado pode-se exportar 2,6 dólares.

A medida tem o objetivo de abrir um período de transição para equilibrar o intercâmbio comercial no setor. Antes de liberar o comércio de veículos com o Brasil, a Argentina pretende negociar um plano que reduza as diferenças entre o setor automotivo de ambos os países. O governo argentino pensa também em oferecer incentivos para que as montadoras se instalem no país.

Livre comércio

Pelo acordo atual - fechado em 2000 -, o livre comércio automotivo entre os dois países entraria em vigor em 2006, mas em setembro do ano passado a Argentina já havia adiantado sua intenção de adia-lo, devido à grande penetração que as montadoras brasileiras têm no mercado argentino, onde a participação nas vendas chega a 60%. (*Gazeta Mercantil, 30.05.2005*)

## Desiludidos, os alemães redescobrem Marx

Com uma redução nas previsões de crescimento de 1,6% para 0,7%, e ainda sem uma receita adequada para combater o alto desemprego do país, que atinge cerca de cinco milhões de pessoas, o governo alemão sepultou o modelo da terceira via e redescobriu Marx, na crítica aos capitalistas, que são como "pragas de gafanhotos contra os pobres trabalhadores".

— Muitos investidores não desperdiçam um único pensamento com as pessoas cujos empregos destroem. Eles são anônimos, não têm face e atacam as empresas como pragas de gafanhotos, ceifam os empregos e vão de novo embora. Nós combatemos essa forma de capitalismo — disse, esta semana, Franz Münterling, presidente do SPD (Partido Social-Democrata), que governa em coalizão com o Partido Verde.

Trata-se de uma retórica que tem como principal objetivo reconquistar os eleitores da esquerda alemã, desiludidos com a política do governo. Ao contrário de outros países industrializados, como os Estados Unidos, que só tiveram lucros com a globalização, a Alemanha tem perdido com o fenômeno. Ou pelo menos assim pensa grande parte dos alemães.

— O povo tem a impressão de que os capitalistas, os investidores e os executivos têm muito mais dinheiro do que antigamente, enquanto a massa de empregados tem muito menos — disse ao GLOBO Dietmar Gebert, do Instituto de Pesquisa da Economia Mundial de Kiel.

Os "gafanhotos" criticados pelo SPD, que é o partido do chanceler federal Gerhard Schröder, são os fundos de investimento, sobretudo americanos, que são hoje, segundo a revista "Stern", o maior empregador da Alemanha. Eles controlam cinco mil empresas e têm 400 mil empregados.

— Foi-se o tempo em que os alemães viam o seu país como uma potência econômica — continua Gebert.

As empresas, chamadas de sociedades de private equity, compram firmas, para revender na bolsa com enorme lucro, capital que não fica na empresa negociada. O fundo KKR, por exemplo, comprou em 1999 a Siemens-Nixdorf (Heinz Nixdorf foi um dos pioneiros do computador na Alemanha). Cinco anos depois, a empresa foi vendida na bolsa por 350 milhões, sendo que apenas 125 milhões ficaram na empresa. A maior parte, 225 milhões de euros, foi embolsada pelo KKR.

Dietmar Gebert diz, no entanto, que nenhum governo tem condições de evitar negócios desse tipo, mas lembra que a "doença alemã" não é causada apenas pelos fundos de investimento. Apesar da reunificação do país, que custou ao estado nos últimos 15 anos cerca um trilhão de euros, o governo ainda não conseguiu impor as reformas necessárias.

No país, as pessoas sem recursos são inteiramente amparadas pelo estado (recebem tickets até para a compra de roupas nas lojas), e o déficit público ainda é alto, de 3,4% do PIB. Só em Berlim, a capital, mais de 300 mil pessoas, cerca de 10% da população, vivem inteiramente às custas do estado. Mas, enquanto a Associação Federal dos Empregadores acusa o governo de assustar os investidores com o debate, o SPD vai continuar explorando o tema capitalismo. Nas próximas semanas, será realizado um congresso sobre medidas de proteção contra o capitalismo selvagem. (Graça Magalhães-Ruether, Correspondente) (*O Globo, 29.05.2005*)

# A França disse Não

Veja os principais pontos da polêmica Constituição recusada pelos franceses em plebiscito realizado neste Domingo.

Reunindo pela primeira vez os diversos tratados e acordos da União Européia, a Carta foi finalizada em 18 de junho de 2004 e deve passar por ratificação dos Estados-membros. O texto assinala os poderes da UE, determinando onde pode exercê-lo e em quais questões os países têm poder de veto. Também define o papel das instituições.

## Os poderes

A Carta diz que a UE é subordinada aos membros, mas pode agir em proveito do bloco. Para os críticos, a UE pode agir em tantos campos que a cláusula pouco define. Mas para os aliados, é um “freio” e um importante princípio constitucional.

## Divisão de responsabilidades

A UE já tem direito de legislar sobre comércio internacional, política de costumes, mercado interno e política monetária, além de agricultura, pesca e muitas áreas de leis domésticas, inclusive meio-ambiente, saúde e segurança no trabalho. Com a ratificação poderá ordenar políticas de asilo e imigração. Em algumas áreas, tem competência exclusiva; em outras, atua em parceria com os países.

## Processo decisório

O princípio de voto por maioria qualificada será utilizado e corresponde ao apoio de pelo menos 55% dos membros do Conselho (15 votos) que representem Estados-membros com pelo menos 65% da população da UE. Os países mantêm direito de veto em política externa, defesa e impostos. No Parlamento Europeu as decisões requerem maioria simples.

## Presidente

O Conselho Europeu, órgão chefe dos Estados-membros, deve eleger seu presidente por maioria qualificada, para um mandato de dois anos e meio, sujeito a uma reeleição. O candidato deve então ter a aprovação do Parlamento Europeu. Este é um cargo novo. Até agora, a presidência da UE tem sido exercida rotativamente por chefes de Estado dos países-membros, durante seis meses. O novo cargo terá mais influência, pois representa apenas a UE, mas seus poderes serão limitados pela submissão ao Conselho.

## Política e defesa externa

A União terá competência para definir e implementar uma política externa e de segurança comum. Não significa, entretanto, que a política será imposta aos Estados, cada um mantém direito de veto. Não há nada que impeça divergência de opiniões, como ocorreu em relação à invasão ao Iraque, por exemplo. Mas o objetivo é concordar sempre que possível. A Defesa é uma questão mais sensível e tem sido delineada tomando como base a supremacia da Otan.

## Reforma da Comissão

A Comissão, o órgão que propõe e executa as leis da UE, consiste em um representante de cada Estado-membro, na fórmula adotada em novembro do ano passado e válida por cinco anos. Depois deste prazo, será diminuída para uma quantidade de membros correspondente a dois terços do número de países do bloco, salvo em alteração do Conselho Europeu.

## Parlamento Europeu

Tem o poder de “co-decisão” com o Conselho de Ministros, para as políticas que requerem aprovação por maioria qualificada. Na prática, significa que se uma lei relevante não tem apoio do Parlamento, não será adotada. A idéia é fortalecer a democracia, porque o Parlamento é a única instituição da UE na qual os votantes usam o debate direto e público.

## Direitos Fundamentais

A Carta fala de “direitos, liberdades e princípios básicos”, como direito à vida, liberdade e greve. Mas esta parte do texto ainda deve ser aprovada pelas Cortes nacionais. A Grã-Bretanha clama, por exemplo, que suas leis nacionais e relações industriais não sejam afetadas.

## Supremacia legal

A UE, pela primeira vez, terá uma “personalidade legal” e suas leis poderão substituir aquelas aprovadas em parlamentos nacionais, desde que tenha a competência. Nas áreas onde não puder legislar, os textos nacionais prevalecem. Mas como um organismo legal, a UE será capaz de entrar em acordos internacionais, fortalecendo esforços diplomáticos.

## Sair da UE

Procedimento novo, afirma o caráter voluntário do bloco e descreve como um Estado deve proceder se quiser deixá-lo: “Precisa notificar o Conselho. A União vai então negociar e concluir um acordo com tal Estado, demarcando os acertos para a retirada”. No entanto, o país desistente deve saber que os termos do acordo não serão fáceis de ser cumpridos. Esta cláusula foi escrita com a intenção de que nenhum membro pense em usá-la. (*Jornal do Brasil*, 29.05.2005)



## China: mais que câmbio, mão-de-obra barata

Os representantes comerciais dos Estados Unidos e da União Européia (UE) — e até o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Brasil — bradaram, nas últimas semanas, não apenas contra os tecidos e roupas com os quais a China tem inundado o planeta. Também entrou no rol de queixas o câmbio artificialmente desvalorizado do país. Um dólar vale 8,28 yuans há mais de dez anos, apesar dos US\$ 562,1 bilhões (quase o PIB do Brasil) em investimentos diretos estrangeiros recebidos pelo país somente em 2004.

Pela lógica dos EUA e da UE, o yuan desvalorizado e fixo seria um mecanismo desleal para tornar os produtos chineses mais competitivos, enquanto a maioria dos sistemas de câmbio mundiais deixa as moedas flutuarem livremente.

Esta é a opinião dos governos e políticos americanos e europeus. Para os economistas, a agressiva máquina exportadora chinesa tem uma vantagem competitiva que torna uma valorização do yuan em relação ao dólar pouco eficiente para combater o déficit comercial dos EUA e da UE com a China: os baixos salários pagos aos trabalhadores chineses.

— Uma valorização de 25% do yuan ia provocar uma queda de apenas 2,5% nas importações americanas de produtos chineses. O governo e o Congresso dos EUA e da UE estão olhando para o problema errado. A vantagem competitiva da China é a imensa quantidade de mão-de-obra barata — diz Stuart Gulliver, diretor de Investimentos e Mercados do HSBC.

Em seu livro "China Inc.", o jornalista Ted Fishman, da revista "Harper's", diz que um trabalhador no setor de roupas nos EUA recebe US\$ 9,56 a hora, mais ou menos o mesmo que na Europa. Em El Salvador, este valor cai para US\$ 1,65. Na China, o custo da mão-de-obra fica entre US\$ 0,68 e US\$ 0,88.

— Os salários nos EUA são cerca de 30 vezes maiores que os pagos na China, em média. Como pode, então, uma valorização do yuan trazer de volta os empregos perdidos para países mais competitivos? — pergunta Andy Xie, diretor do Morgan Stanley Ásia. (Gilberto Scofield Jr., Correspondente)

## Empresas fazem estoque com dólar abaixo de 2,50

**Real forte estimula importações de ocasião**

Vanessa Jurgenfeld, Marli Lima e Paulo Emílio De Florianópolis, Curitiba e Recife

O dólar entre R\$ 2,40 e R\$ 2,50 abriu diferentes oportunidades para as empresas brasileiras aumentarem suas importações. O movimento não é generalizado, mas há companhias formando estoque, outras trocando fornecedor doméstico de bens de baixo valor agregado por um fornecedor externo e, também, quem esteja apenas fazendo um negócio que, temporariamente, ficou mais atrativo. Essas diferentes situações ajudam a explicar porque as importações passaram a crescer 30% em maio em relação ao ano passado, percentual que era de 21% até abril.

Entre os setores que aproveitam as oportunidades, estão autopeças, eletroeletrônicos e alimentação, entre outros. Ele têm em comum a procura por fornecedores externos de insumos que podem ser considerados commodities.

Desde o fim do ano passado, a Fundação Tupy, empresa com sede em Joinville (SC), começou a substituir alguns fornecedores nacionais de matérias-primas por internacionais. O aumento das importações teve início quando a cotação do dólar começou a recuar em relação ao real. De acordo com o diretor de serviços corporativos e desenvolvimento de negócios, Rogério Nogueira, nos últimos três meses foram homologados novos fornecedores e ampliadas as compras que já eram feitas na China, Estados Unidos e Argentina.

A Tupy fabrica e vende blocos e cabeçotes de motor em ferro fundido para montadoras de veículos no Brasil e no exterior. Para a sua produção, importa diversos tipos de ligas metálicas. Com o recuo do dólar, outros materiais também passaram a ser comprados fora, entre eles o cavaco, a sucata que sobra na usinagem de blocos de motores, feita pelas montadoras. O cavaco é usado pela Tupy em novas ligas metálicas.

"Com o câmbio no nível que está, achamos melhor substituir fornecedores. A sucata antes era toda nacional", diz. Ainda que ocorra formação de estoques pela maior importação, Nogueira diz que a redução dos custos operacionais será maior do que as despesas de um eventual armazenamento.

Segundo o diretor da Tupy, como grande parte da receita da fundição é em dólar, a empresa registrou queda de faturamento com o recuo da moeda americana. "A saída para equilibrar situação foi comprar mais barato", disse. Antes da valorização do real, apenas 5% do total gasto em compras pela Tupy eram feitos no exterior. Hoje, o montante deve chegar a 20%.

A Acumuladores Moura, fabricante de baterias para veículos de Belo Jardim, a 180 km de Recife, também ampliou as importações no primeiro quadrimestre deste ano. As compras no exterior passaram de US\$ 3,2 milhões para US\$ 4,8 milhões, uma alta de 50%. "Não estamos fazendo estoques, é apenas uma questão financeira, compramos onde está mais barato. Nesse momento sai mais barato comprar a matéria-prima no mercado externo", diz Sérgio Moura, diretor industrial.

Segundo ele, 80% das importações são de chumbo, matéria-prima essencial para a produção de baterias. Os demais 20% são separadores de polietileno, componente trazido da Inglaterra e Estados Unidos. No caso do chumbo, o produto vem da Argentina e Peru. Das 2,8 mil toneladas de chumbo consumidas mensalmente pela empresa, cerca de mil toneladas são importadas. "O país não produz chumbo primário, ele é obtido por meio da reciclagem de baterias usadas. Com o dólar baixo sai mais barato importar que adquirir o produto reciclado no mercado nacional", explica.

A Moura, líder nacional em vendas de baterias - tem 50% do mercado das montadoras e 20% do de reposição - deverá fechar o ano de 2005 com um volume de produção em torno de 3 milhões de unidades, 7% maior do que em 2004. A Moura também exporta para 13 países.

Fornecedora de malte para as maiores cervejarias do país, a Cooperativa Agrária Mista Entre Rios, que atua em nove municípios da região central do Paraná, já comprou este ano 20% mais cevada e trigo da Argentina do que em igual período do ano passado. A matéria-prima do país vizinho custa atualmente 10% menos do que o valor pago aos produtores paranaenses em novembro, na colheita da safra de inverno. "Com essa taxa de câmbio fica mais interessante comprar fora", afirma o superintendente da cooperativa, Adam Stemmer.

Os clientes da Agrária, que tem 423 cooperados e faturou R\$ 758 milhões em 2004, também estão preferindo importar, o que provoca reflexos em toda a cadeia produtiva, observa o executivo. Como as cervejarias estão comprando menos no país, a Agrária está reduzindo o número de contratos com não-cooperados na safra nova para o fornecimento de cevada. "Se tudo continuar como está, não vai compensar produzir no Brasil", diz Stemmer.

O executivo informou que a cooperativa manterá os contratos com os cooperados para abastecer sua fábrica de farinha. Das 140 mil toneladas de trigo que serão moídas, 80 mil serão compradas de cooperados, 30 mil de não-cooperados e os outros 30 mil, que poderiam vir do mercado interno, onde há estoque, deverão vir de fora.

No ano passado a Agrária também importou, mas volumes menores e em menor período de tempo, de abril a junho. Em 2005, ela começou a comprar da Argentina em março e só deverá diminuir os pedidos em agosto.

A fabricante de aparelhos de telefone Intelbras, de Santa Catarina, aumentou em 30% o estoque de componentes eletrônicos importados principalmente da Ásia, aproveitando a baixa do dólar. De acordo com o presidente da Intelbras, Altair Silvestre, a empresa deve ganhar com redução de custos, mas não tanto assim. "Nossos custos, embora caiam, não caem como o de nossos concorrentes, que importam quase 100% dos componentes e não apenas 70%", diz.

Silvestre afirma que a empresa iniciou compras mais robustas de materiais como os chips de telefonia de fornecedores de Taiwan e China assim que o dólar atingiu o patamar de R\$ 2,60. A indústria pretende continuar o movimento de estocagem nos próximos dois meses. "Achamos que depois disso, o dólar voltará a subir e não será mais vantajoso. Não acreditamos que a cotação atual se sustente por muito mais tempo", diz ele.

A Intelbras chegou a analisar a substituição dos cerca de 30% de componentes nacionais por fornecedores estrangeiros, mas concluiu que não seria vantajosa a inversão, já que as oscilações da moeda são constantes e a empresa tem investido em exportação, o que torna o fornecimento nacional mais competitivo.

A estratégia da Asa Indústria e Comércio, fabricante pernambucana de produtos de higiene, limpeza, alimentos e bebidas, é manter as importações em volumes semelhantes aos registrados no ano passado. "Não adianta comprar com o dólar em baixa se no momento de pagar a importação ele estiver em alta. Desde dezembro fechamos um contrato prévio até o final do ano com nossos fornecedores e devemos manter o que foi acertado sem alterações. A despesa financeira é o que conta no final de tudo", afirma o diretor da empresa, Eduardo Henrique. (*Valor*, 30.05.2005)

**CNM-Internacional** é um informativo da Secretaria de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Metalúrgicos – **CNM-CUT**, editado pela Consultoria Econômica e Social Integrada  
Secretário Geral da **CNM** : Fernando Lopes  
Jornalista Responsável : Antonio Carlos Castro (MTb 36.741/SP)  
[internacional@cnmcut.org](mailto:internacional@cnmcut.org) <http://www.cnmcut.org.br>